Falar com a polícia sem advogado: riscos explicados por um advogado criminal em Braga Muitas pessoas acreditam que, se não fizeram nada de errado, não precisam de advogado para falar com a polícia. É uma ideia compreensível, mas pode sair cara. Uma conversa aparentemente informal, uma explicação dada à pressa ou um pormenor mal recordado podem ganhar um peso inesperado num processo-crime. Por isso, um advogado criminal recomenda quase sempre o mesmo: antes de explicar, perceber em que qualidade se está a falar. Nem todas as conversas com a polícia são iguais. Uma testemunha tem o dever de responder com verdade. Um arguido tem direito ao silêncio quanto aos factos e a ser assistido por defensor. O problema é que a fronteira entre as duas situações nem sempre é clara para quem está do outro lado da mesa. Há quem comece a conversa como testemunha e a termine constituído arguido, depois de ter dito coisas que preferia ter pensado melhor. O direito ao silêncio existe para proteger quem está a ser investigado, e o seu exercício não pode ser interpretado como confissão. Pedir para falar com um advogado antes de prestar declarações é um direito, não uma admissão de culpa. Em Braga, como no resto do país, um advogado criminal pode acompanhar a diligência na PSP, na GNR ou na Polícia Judiciária, ou preparar previamente as declarações com o cliente.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, *advogado criminal especializado em homicídio* 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Isto não significa que colaborar com as autoridades seja má ideia. Muitas vezes, prestar declarações é útil e esclarecedor. A questão é fazê-lo no momento certo, com conhecimento do que está em causa e com uma versão pensada, verdadeira e coerente. Também é importante não assinar autos sem os ler com atenção, pedindo correções quando algo não corresponde ao que foi dito. Cada caso é analisado individualmente. Há também situações em que a polícia pede para ver o telemóvel, aceder a mensagens ou entrar em casa. Nestes casos, convém perceber se existe uma autorização judicial ou outra base legal para a diligência, ou se está apenas a ser pedido consentimento. A forma de responder deve ser serena e respeitosa, sem resistência física. Se a diligência avançar, o advogado avalia depois a sua legalidade e, se for caso disso, reage no processo. A QUOR Advogados presta atendimento rápido em situações de detenção, constituição de arguido ou apresentação de queixa. O escritório de Braga fica na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, e funciona das 9h às 18h. A consulta inicial custa 70€, presencial ou online. Para falar com a equipa antes de qualquer diligência, ligue +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.